

Da Fronteira Agrícola aos Territórios do Agronegócio Florestal: avanços da silvicultura de eucalipto sobre a agricultura familiar nos municípios de São Francisco do Brejão e João Lisboa, Maranhão, Brasil


From the Agricultural Border to the Forest Agribusiness Territories: advances in eucalyptus forestry over family farming in the municipalities of São Francisco do Brejão and João Lisboa, Maranhão, Brazil

De la Frontera Agrícola a los Territorios del Agronegocio Forestal: avances de la silvicultura de eucalipto sobre la agricultura familiar en los municipios de São Francisco do Brejão y João Lisboa, Maranhão, Brasil


Allison Bezerra Oliveira¹

 <https://orcid.org/0000-0003-0320-5661>

José Carvalho de Sousa Filho²

 <https://orcid.org/0000-0001-6274-9787>

Diego Armando de Sousa Paz³

 <https://orcid.org/0000-0001-7360-6554>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender as transformações decorrentes do processo de expansão da silvicultura de eucalipto sobre territórios de agricultura familiar nos municípios de São Francisco do Brejão e João Lisboa, no estado do Maranhão. Metodologicamente utiliza dados primários obtidos através de trabalho de campo, como localização de fazendas de eucalipto via GPS, visitas a campo para criação de acervo fotográfico e entrevistas com agricultores de comunidades locais, assentamentos e pequenas propriedades rurais. Para elaboração de gráficos e mapas, foram utilizados dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e relatórios de produção da Suzano Papel e Celulose. Os gráficos mostram a série histórica da produção de carvão vegetal no Maranhão, a extensão das áreas destinadas à silvicultura de eucalipto, a produção agrícola dos municípios estudados, assim como o número de estabelecimentos e pessoas ocupadas na agricultura familiar. Os resultados indicam que a expansão do eucalipto vem provocando problemas como: concentração de renda; aumento da

¹ Doutor em Geografia pela UFPE. Professor Adjunto na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. E-mail: allisonbZR@gmail.com.

² Graduando em Geografia na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. E-mail: carvalho.535@hotmail.com.

³ Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Imperatriz. Graduando em Geografia na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. E-mail: d.armando146@hotmail.com.

miséria e injustiça social; migração; violência; desemprego de trabalhadores rurais; declínio da agricultura familiar, evidenciado pela perda de território; e redução do cultivo de produtos tradicionais dos municípios analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Silvicultura de eucalipto. Agricultura familiar. São Francisco do Brejão. João Lisboa.

ABSTRACT: *This article aims to understand the transformations resulting from the process of expansion of Eucalyptus forestry over family farming territories in the municipalities of São Francisco do Brejão and João Lisboa, in the state of Maranhão. Methodologically, it uses primary data obtained through field work, such as location of eucalyptus farms via GPS, field visits to create photographic collections and interviews with farmers from local communities, settlements and small rural properties. Secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the National Institute of Colonization and Agrarian Reform and production reports from Suzano Papel e Celulose were used to produce graphs and maps. The graphs show the historical series of charcoal production in Maranhão, the extent of the areas destined to the Eucalyptus forestry, the agricultural production of the municipalities studied, as well as the number of establishments and people occupied in family agriculture. The results indicate that the expansion of the Eucalyptus is causing problems such as: income concentration; increase of misery and social injustice; migration; violence; unemployment of rural workers; decline of family agriculture, evidenced by the loss of territory; and reduction of the cultivation of traditional products from the municipalities analysed.*

KEYWORDS: *Eucalyptus forestry. Family farming. São Francisco do Brejão. João Lisboa.*

RESUMEN: *El objetivo de este trabajo es comprender las transformaciones derivadas del proceso de expansión de la silvicultura de eucalipto sobre territorios de agricultura familiar en los municipios de São Francisco do Brejão y João Lisboa, en el estado de Maranhão. Metodológicamente utiliza datos primarios obtenidos a través de trabajo de campo, como localización de haciendas de eucalipto vía GPS, visitas a campo para creación de acervo fotográfico y entrevistas con agricultores de comunidades locales, asentamientos y pequeñas propiedades rurales. Para la elaboración de gráficos y mapas, se utilizaron datos secundarios del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria e informes de producción de Suzano Papel y Celulosa. Los gráficos muestran la serie histórica de la producción de carbón vegetal en Maranhão, la extensión de las áreas destinadas a la silvicultura de eucalipto, la producción agrícola de los municipios estudiados, así como el número de establecimientos y personas ocupadas en la agricultura familiar. Los resultados indican que la expansión del eucalipto viene provocando problemas como: concentración de renta; aumento de la miseria e injusticia social; migración; violencia; desempleo de trabajadores rurales; declive de la agricultura familiar, evidenciado por la pérdida de territorio; y reducción del cultivo de productos tradicionales de los municipios analizados.*

PALABRAS-CLAVE: *Silvicultura de eucalipto. Agricultura familiar. São Francisco do Brejão. João Lisboa.*

INTRODUÇÃO

Historicamente o homem passou de um meio natural para um meio técnico, e após a década de 1970 chegou ao meio técnico-científico-informacional, onde o papel das ciências enquanto mola do crescimento da humanidade tornou-se cada vez mais aparente (SANTOS; SILVEIRA, 2006). A partir disso, houve revoluções tecnológicas que marcaram a

evolução agrícola e demonstraram a existência de uma dualidade nesse setor: de um lado, uma agricultura altamente mecanizada e avançada tecnologicamente; de outro, coexistindo com esta, a agricultura familiar, que produz boa parte dos gêneros alimentícios consumidos pela população do país, tais como feijão, arroz, farinha e milho, entre outros (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

A agricultura familiar convive com a escassez de recursos para novos investimentos em máquinas e equipamentos, sendo muitas vezes associada à agricultura de subsistência, de baixa renda ou precária. Nesse sentido, Rambo, Tarsitano e Laforga (2016) afirmam que as grandes propriedades voltadas à monocultura de exportação sempre receberam incentivos e garantias do Estado, todavia formas camponesas e pequenas propriedades familiares ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno costumam ser colocadas à margem das políticas públicas do Estado.

Segundo Mattei (2014), as políticas públicas voltadas para a área rural, em específico a política agrícola, priorizam os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas nas grandes áreas (latifúndio), com o intuito de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Contudo, em relação à agricultura familiar, o resultado dessas políticas é altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

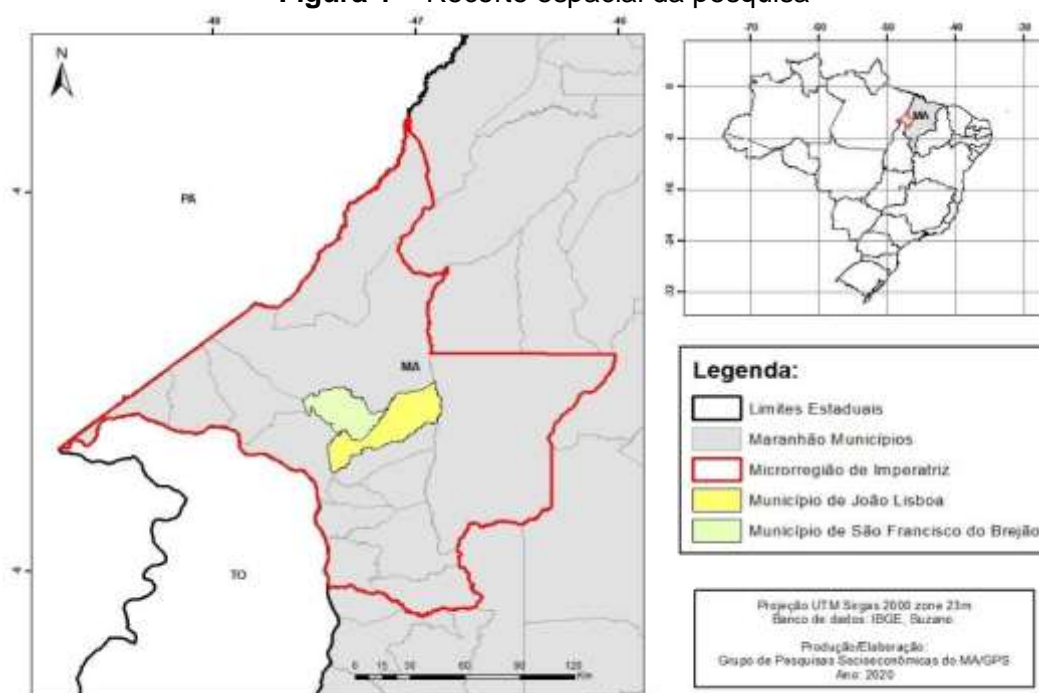
Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir algumas das transformações possivelmente decorrentes do processo de expansão da silvicultura de eucalipto sobre territórios de agricultura familiar nos municípios de São Francisco do Brejão e João Lisboa, no estado do Maranhão. O artigo se justifica na medida em que se propõe a apresentar mudanças recentes na modernização do campo, considerando a silvicultura como a principal delas e os consequentes impactos nas áreas de agricultura familiar.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro discute-se o Matopiba e o avanço da fronteira agrícola sobre o Maranhão; em seguida aborda-se a fronteira agrícola do eucalipto no estado, discutindo-se o avanço dessa atividade como cadeia produtiva no país como um todo e, especificamente, no Maranhão. Na seção seguinte, analisa-se o processo de territorialização da silvicultura de eucalipto no estado; e, por fim, analisa-se o trabalho rural e a agricultura familiar nos municípios de São Francisco do Brejão e João Lisboa, levando em conta o avanço do agronegócio florestal.

METODOLOGIA

O recorte espacial deste trabalho considera como área geográfica inicial os municípios produtores de eucalipto, baseando-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e tomando como referência a microrregião de Imperatriz. Foram escolhidos os municípios localizados a leste da microrregião, São Francisco do Brejão e João Lisboa, indicados na Figura 1. A escolha de tais municípios diz respeito ao fato de que ambos se encontram em um corredor logístico de produção de eucalipto em expansão no estado na última década.

Figura 1 – Recorte espacial da pesquisa



A pesquisa foi dividida em quatro etapas. A primeira etapa compreendeu a busca por dados secundários do IBGE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá); nessa etapa também foi planejada a busca de dados primários através do trabalho de campo, como localização, via GPS, de fazendas com plantação de eucalipto; visitas e entrevistas em comunidades locais e assentamentos; e criação de acervo fotográfico das fazendas e comunidades de cada município. A segunda etapa correspondeu ao trabalho de campo, no qual foram visitadas fazendas de eucalipto, comunidades locais, assentamentos e pequenos produtores, foram realizadas seis visitas de campo às fazendas de eucalipto localizadas nos municípios além de outras seis visitas de campo ao “Povoado Brejinho” e comunidade da “Serra do Cravim”. Na ocasião, foram realizadas 10 entrevistas em cada localidade; em

seguida, no trabalho laboratorial, foram produzidos mapas e gráficos a partir dos dados coletados e, na última etapa, foi feita a compilação dos resultados e análise das entrevistas, das quais se extraíram dados e informações, além do acervo fotográfico.

Os gráficos elaborados mostram a série histórica da produção de carvão vegetal no Maranhão, a extensão das áreas destinadas à silvicultura de eucalipto, a produção agrícola em João Lisboa e São Francisco do Brejão, assim como o número de estabelecimentos e pessoas ocupadas na agricultura familiar em ambos os municípios.

MATOPIBA E O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA SOBRE O MARANHÃO

A fronteira agrícola no Brasil vem se expandindo ao longo das últimas quatro décadas, e atrelados a essa expansão estão fatores como uso intensivo do conhecimento e tecnologia, capital privado e ação do Estado. Nesse sentido, a fronteira agrícola é definida como a incorporação de novas terras pela produção agrícola, expandindo-se sobre áreas naturais ou consideradas subutilizadas, caracterizando-se como uma fronteira dinâmica e mutável (OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021). Também é definida como grandes áreas despovoadas ou esparsamente povoadas por populações que se dedicam à exploração de recursos naturais ou pequenas atividades agrícolas; essas áreas vêm sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência de sua alta potencialidade agropecuária (FUNDAJ, 1995). Sicsú e Lima (2000, p.112) enfatizam esse entendimento ao definir a fronteira agrícola como “[...] regiões relativamente desocupadas e economicamente pouco exploradas que oferecem amplas possibilidades de ocupação produtiva”.

Becker (1990, p. 11), por sua vez, ressalta o conceito de fronteira agrícola como o “[...] espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas” e afirma que a fronteira agrícola está relacionada com áreas tidas como “marginais” e que foram transformadas em áreas agrícolas por causa de uma possível nova realidade econômica em uma determinada região, realidade essa movida pelo capital privado.

A construção da fronteira agrícola se inicia no século XX com políticas de integração nacional, como o programa “Marcha para o Oeste”, iniciado em 1938, e rodovias de penetração nacional, como a BR-010 ou Rodovia Belém-Brasília. Segundo Sicsú e Lima (2000), o movimento da fronteira agrícola intensificou-se a partir da década de 1960, quando a fronteira adentrou o estado do Paraná, com base em culturas eminentemente comerciais, como algodão, café, grãos etc., posteriormente rumando para as regiões Centro-Oeste e Norte do país. Esse movimento de expansão da fronteira agrícola ampliou-se nos anos 1970, com a amplificação das políticas públicas e criação de programas voltados para atrair o capital privado.

Nesse sentido, tem-se a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966, que possibilitou essa atração de investimentos para a Amazônia por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e de incentivos fiscais. Dessa forma, através da ação estatal atrelada ao capital privado, iniciou-se a consolidação da expansão de uma fronteira econômica agora na Amazônia Legal (OLIVEIRA, 2019).

Ainda segundo Oliveira (2019), essa ação vem transformando a Amazônia em fronteira do capital natural em nível global, num cenário de atração de grandes empreendimentos, grilagem de terras e conflitos agrários. Nos últimos anos, esse movimento da fronteira agrícola na Amazônia Legal intensificou, cada vez mais, a mercantilização da natureza através da expropriação de recursos naturais. Logo, as atividades daí oriundas estão diretamente ligadas ao uso da terra e oferecem pouco retorno socioeconômico (economia de enclave), pois são direcionadas para a produção majoritária de *commodities* agrícolas para o mercado externo, implicando pouco dinamismo regional-local.

Assim, entre 1966 e 1985 se iniciou o planejamento efetivo da região amazônica com um novo e ordenado ciclo de economia de fronteira, o Matopiba. Logo, a ocupação da Amazônia por essa nova fronteira foi prioridade por várias razões, dentre as quais solucionar tensões sociais internas geradas pela expulsão de pequenos produtores de diversas áreas do país e utilizar a área como produtora de matéria-prima para o país que então se industrializava (BECKER, 2007).

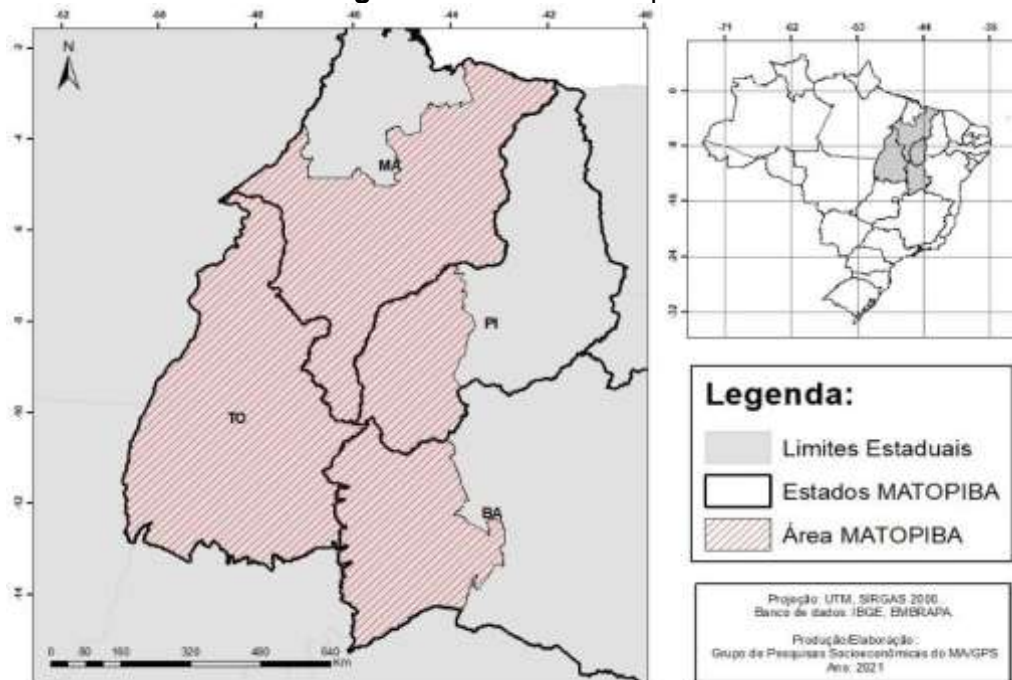
Segundo Porcionato, Castro e Pereira (2018), a expressão Matopiba é um acrônimo criado a partir das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Figura 2), utilizado para designar parte do território desses estados pertencentes ao bioma do cerrado, onde se desenvolve essa nova fronteira que, posteriormente, se expandiu pela porção amazônica.

A oficialização da fronteira do Matopiba ocorreu em maio de 2015, por meio do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA). A região possui área total de 73 milhões de hectares, é composta por 135 municípios do Maranhão (33% da região); 139 do Tocantins (38%); 33 do Piauí (11%); e 30 da Bahia (18%), totalizando 337 municípios agrupados em 31 microrregiões (PORCIONATO; CASTRO; PEREIRA, 2018).

Bolfe *et al.* (2016) destacam que no sul do Maranhão a expansão dessa fronteira se deu sobretudo através da produção de soja, acelerada na década de 1990 e estimulada, em grande medida, por políticas estatais. Nesse contexto, o desmatamento de extensas áreas se intensificou devido a mudanças no uso da terra alavancadas pela produção de grãos, que transformou a estrutura agrária tradicional de subsistência em agricultura tecnificada. Nesse sentido, Pereira, Porcionato e Castro (2018) relatam que o movimento da fronteira vem gerando constantes embates nos espaços rurais, como a invasão de terras e espaços de usos

tradicionais por “grileiros”, ocasionando conflitos com comunidades já anteriormente instaladas.

Figura 2 – Área do Matopiba



Fonte: IBGE (2020). Org.: autores (2021).

A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO EUCALIPTO NO MARANHÃO

A monocultura de eucalipto para fins industriais no Brasil remonta ao início do século XX, num contexto de escassez de madeira para suprir a necessidade de dormentes e carvão das empresas ferroviárias da época (DUARTE, 2012). Oliveira, Pereira e Nascimento (2018) enfatizam que essa produção inicial era prioritariamente vinculada à demanda da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, contudo após 1966 — por meio da Lei nº 5.106/1966 — foram disponibilizados incentivos fiscais para a atividade de reflorestamento, gerando um aumento de plantio de 500 mil para 3 milhões de hectares.

Duarte (2012) ressalta que, a partir da década de 1960, além dos incentivos fiscais por parte do Estado, foram feitos diversos ajustes na legislação visando facilitar a implantação de uma política florestal que promovesse a expansão da monocultura de eucalipto. Nesse sentido, diversos programas e políticas florestais ganharam força, tais como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), I Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC), Programa de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais (Repemir); Programa de Siderurgia a Carvão Vegetal; e Programa de Substituição Energética; além de iniciativas privadas sem incentivo do poder público (OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021).

No Maranhão o cultivo de eucalipto teve início na década de 1980, com a produção de carvão vegetal que servia de recurso energético para as guseiras que se instalaram no estado devido à construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), atrelada ao Grande Projeto Carajás, no estado do Pará. Segundo Oliveira, Paz e Silveira (2020), a estrada de ferro constitui verdadeiro corredor de transporte entre o Pará e o Maranhão, o que permitiu a criação de projetos voltados para a produção de ferro-gusa no município maranhense de Açailândia.

Posteriormente, surgiu o projeto Companhia de Celulose do Maranhão (Celmar), em 1992, elaborado basicamente pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para ser implantado na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. Esse projeto tinha como objetivo a instalação de uma indústria de celulose na região de Imperatriz (MIRANDA, 2012). A respeito disso, Matias (1994) afirma que a Celmar traria uma série de problemas para a região, tais como concentração de terras e intensificação do processo de expulsão dos pequenos produtores de alimentos da região, além de também acarretar problemas ambientais.

Contudo, com a privatização da CVRD e supostas mudanças de estratégias, o projeto Celmar foi cancelado, mas, apesar do cancelamento, um grande percentual de área plantada de eucalipto já havia sido incorporado a ele. Assim, em 2001 se iniciou o processo de desinvestimento e alienação da CVRD no setor de papel e celulose, e o destino da floresta de eucalipto passou a ser produzir carvão vegetal para abastecimento das usinas siderúrgicas de Açailândia (FRANKLIN, 2008).

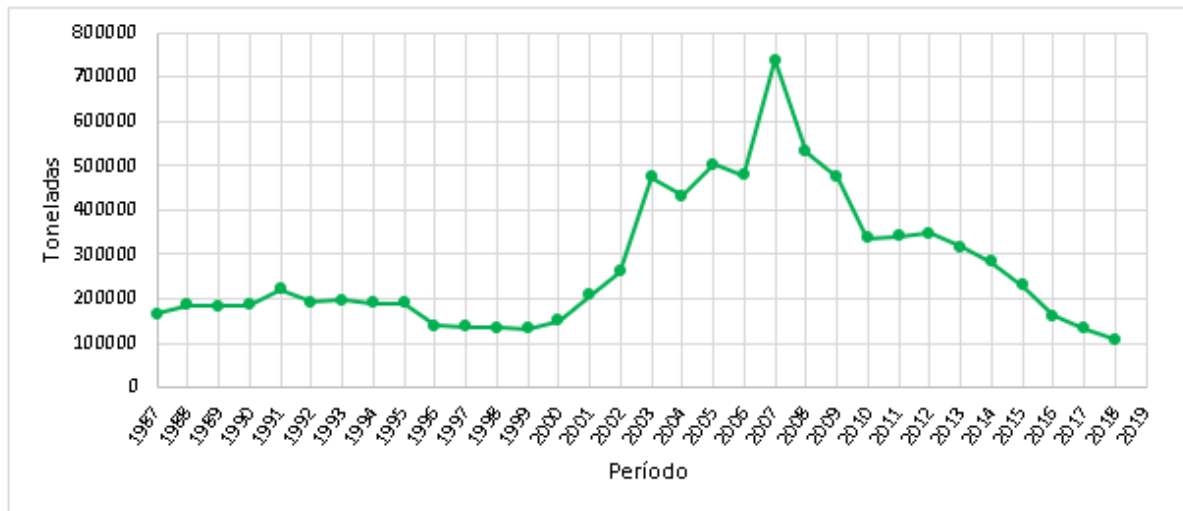
A Figura 3 mostra o crescimento na produção de carvão vegetal após o fracasso do projeto Celmar, já em 2001, estendendo-se até 2008, ano da implantação da Suzano Papel e Celulose na microrregião de Imperatriz. Pode-se observar que em 2001 a produção de carvão era de aproximadamente 208 mil toneladas, chegando a cerca de 703 mil toneladas em 2007, um aumento de 254% na produção. Contudo, há expressivo declínio da produção de carvão vegetal a partir do ano de 2008, possivelmente como resultado do encerramento de indústrias metalúrgicas na região, que demandavam expressiva quantidade de fonte de energia.

Houve drástica diminuição da produção de ferro-gusa e lingotes de alumínio no Maranhão. Em ambos os casos, a debilidade concorrencial do ponto de vista do valor da produção e o dumping chinês fizeram com que, na última década, três das cinco siderúrgicas do município de Açailândia e a Alumar, em São Luís, encerrassem suas atividades (OLIVEIRA; PAZ; ARAÚJO, 2021, p. 105-106).

Com a instalação da Suzano, grande parte das fazendas que antes pertenciam à Celmar foi comprada pela empresa, assim o destino do eucalipto passou novamente a ser a produção de celulose. Com a base florestal estabelecida, além de outros elementos espaciais

(recursos hídricos, terra barata, incentivos fiscais, infraestrutura ferroportuária e rodoviária etc.), teve início a obra do Grande Projeto Suzano Papel e Celulose, e suas atividades industriais foram iniciadas de fato em 2013.

Figura 3 – Série histórica da produção de carvão vegetal



Fonte: IBGE (2019a). Org.: autores (2021).

A Suzano Papel e Celulose é a principal atividade industrial responsável pelo agronegócio florestal no Maranhão. Ela é responsável pela consolidação da fronteira agrícola agroflorestal no estado a partir da expansão da base plantada de eucalipto e da consequente exportação de pasta de celulose (OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021). Sua fundação remonta ao ano de 1924, inicialmente estabelecida como distribuidora de papel na cidade de São Paulo pelo ucraniano Leon Feffer (1902-1999). A produção inicial utilizava papel reciclado e celulose importada até 1950 quando a empresa conseguiu fazer celulose com 100% de eucalipto (SUZANO, 2020).

Na Figura 4 percebe-se um rápido crescimento na área destinada ao eucalipto, o que pode ser explicado devido a produção demandar grandes áreas plantadas para que seja contínua e intensa a rotação dessa cultura no período máximo de sete anos. Isso é necessário para que o eucalipto esteja pronto para o cultivo e para servir de matéria-prima para a produção de celulose. Desse modo, de 2006 a 2019 houve um crescimento de 114% na área plantada de eucalipto em todo o estado.

Figura 4 – Histórico da área plantada de eucalipto no Maranhão (2006–2019)



Fonte: IBGE (2019a). Org.: autores (2021).

VELHOS E NOVOS TERRITÓRIOS DO EUCALIPTO

O território brasileiro é caracterizado pela abundância de recursos naturais, que fazem com que o país tenha grande um potencial de produção de produtos primários (*commodities*), principalmente voltados para a exportação. Isso se reflete na relevância que os produtos básicos assumem na pauta de exportação do Brasil. Conseqüentemente, a constituição desse modelo de desenvolvimento vem determinar os tipos de uso dos territórios (FERNANDES, 2009).

Tanto as propriedades privadas quanto as comunitárias (assentamentos, povoados, pequenas propriedades etc.) podem ser definidas por seu valor de uso e/ou de troca. É nesses moldes que se articulam as relações de dominação no campo e na cidade, uma vez que o capital concentra propriedades de modo a controlar os territórios. É nessa perspectiva de apropriação de territórios que atuam as grandes empresas voltadas para a exportação de *commodities*, como a Suzano Papel e Celulose.

A partir dos seus processos de apropriação e uso da terra, essa empresa tem agravado as alterações no meio. Sua instalação na microrregião de Imperatriz, em 2008, confirmou e perpetuou seu plano de expansão no Maranhão. Para abastecer essa unidade fabril, a Suzano adquiriu áreas florestais da Vale, e sua base florestal no estado é, hoje, composta tanto por florestas em fazendas próprias (compradas) como adquiridas de terceiros (arrendadas). O Quadro 1 lista algumas dessas fazendas e suas respectivas áreas nos municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão.

Nas últimas décadas, evidencia-se um intenso processo de territorialização do capital monopolista nos municípios em questão, por meio das atividades da indústria de celulose Suzano. O Quadro 1 e a Figura 5 destacam algumas das principais fazendas implementadas

pelo Grande Projeto Carajás nesses municípios, representando uma extensão total de 9.119,44 hectares destinados exclusivamente à silvicultura de eucalipto.

Quadro 1 – Áreas das fazendas de eucalipto em João Lisboa e São Francisco do Brejão

São Francisco do Brejão	ÁREA HÁ	João Lisboa	ÁREA HÁ
Arco Iris	367,8875	Campo Alegre A	277,7165
Bandeirantes - Sonho Meu	1104,1209		
Campo Alegre B	318,1776		
Itaparica	1180,5748	Ferrovia 3	201,5473
Santa Rita - Juvenal	140,6579		
Sao Francisco e Outras	142,7068		
Sao Luis (Planalto)	280,0801	Sao Joao e Outras	511,8003
Serra	4594,1697		

Fonte: INCRA (2019). Org.: autores (2021).

Figura 5 – Demarcação política do território da silvicultura de eucalipto



Fonte: autores (2021).

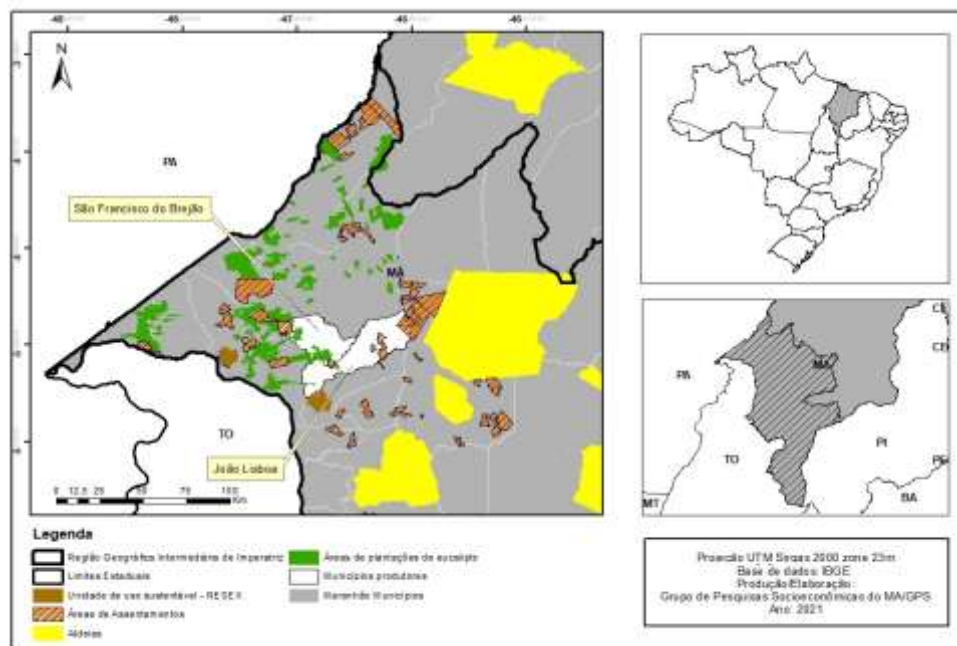
A possibilidade de venda, arrendamento ou mesmo produção independente de eucalipto vem acirrado a valorização da terra e a mudança de padrões de produção historicamente existentes na região. Para muitos proprietários, arrendar a terra ou parte para a Suzano é algo vantajoso, tendo em vista que possibilita um retorno socioeconômico sem grandes custos em relação a outras atividades (OLIVEIRA; PAZ; SILVEIRA, 2020).

Dessa forma, a territorialização dessa monocultura tem reestruturado as atividades no campo, e essa reestruturação se manifesta em elementos funcionais, como: avanço dos

emplacamentos, presença de cercas, maquinários e funcionários — elementos que não indicam apenas uma dinâmica econômica, podendo também ser sinônimo de conflitos, expulsão de populações e centralização de terras.

Segundo Saquet (2007), o território é compreendido como um lugar de conexões de redes e relações, produção econômica, natureza, apropriação, mobilidade, identidade cultural, assim como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir. Assim, a expansão do eucalipto, juntamente com a demarcação política e territorial, vem causando a desestruturação da economia camponesa, porque atinge o equilíbrio das relações mantidas pelos trabalhadores rurais com os recursos naturais, muitas vezes gerando conflitos. A Figura 6 demonstra essa realidade; nela pode-se observar a proximidade entre fazendas de eucalipto e assentamentos nos municípios estudados.

Figura 6 – Localização de áreas de assentamento e fazendas de eucalipto nos municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão



Fonte: IBGE (2020). Org.: autores (2021).

Nesse contexto, percebe-se alguns impactos da implantação da silvicultura de eucalipto na região. Alguns deles são a especulação e a privatização de extensas terras, cujas consequências são a concentração fundiária que resulta principalmente na desapropriação de trabalhadores de seus povoados; e o declínio da agricultura familiar, evidenciado pela perda do espaço de práticas agrícolas camponesas.

TRABALHO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AO AGRONEGÓCIO FLORESTAL

Segundo Lamarche (1997), existem diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, no entanto as concepções mais conhecidas partem do pressuposto de que nesse tipo de produção agrícola a terra e o trabalho estão intimamente ligados, uma vez que o pequeno produtor visa garantir o sustento da família mediante a produtividade de sua terra. Já de acordo com Bezerra e Schindwein (2017), a agricultura familiar assume vários conceitos, sendo caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural.

Em síntese, a agricultura familiar é uma atividade produtiva voltada para o cultivo da terra, empregando como mão de obra os membros da própria família, que também assume a gestão do empreendimento rural. Nas pequenas propriedades, há produção de alimentos para a subsistência da família e também para o abastecimento do mercado interno. Nessa atividade os alimentos produzidos constituem a principal fonte de renda da família produtora.

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, em seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar aquele que atenda aos seguintes requisitos: não possua área maior do que quatro módulos fiscais; utilize mão de obra predominantemente familiar em suas atividades econômicas; e obtenha um percentual mínimo da renda familiar originado das atividades econômicas do estabelecimento rural, que deve ser dirigido por ele com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar, independentemente de denominada camponesa ou não, o que sugere mais uma visão de mundo que uma essência, tem suas características definidas pela primeira vez por Chayanov (1974). O autor tentou defini-la a partir de sua natureza enquanto forma organizativa da unidade econômica agrícola gerida pela família, visando precipuamente garantir a sobrevivência, base para uma eventual diferenciação futura [...]. Para o autor, nestes sistemas de produção familiar, o estrito cálculo capitalista do lucro, estaria ausente (BAIARDI, 2014, p. 128-129).

Como meio de vida e terra de trabalho para sobrevivência, a agricultura familiar partilharia dos mesmos valores do campesinato, sendo os elementos para a produção camponesa a presença e a qualificação da força de trabalho, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção e jornada de trabalho particular. Logo, a produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016).

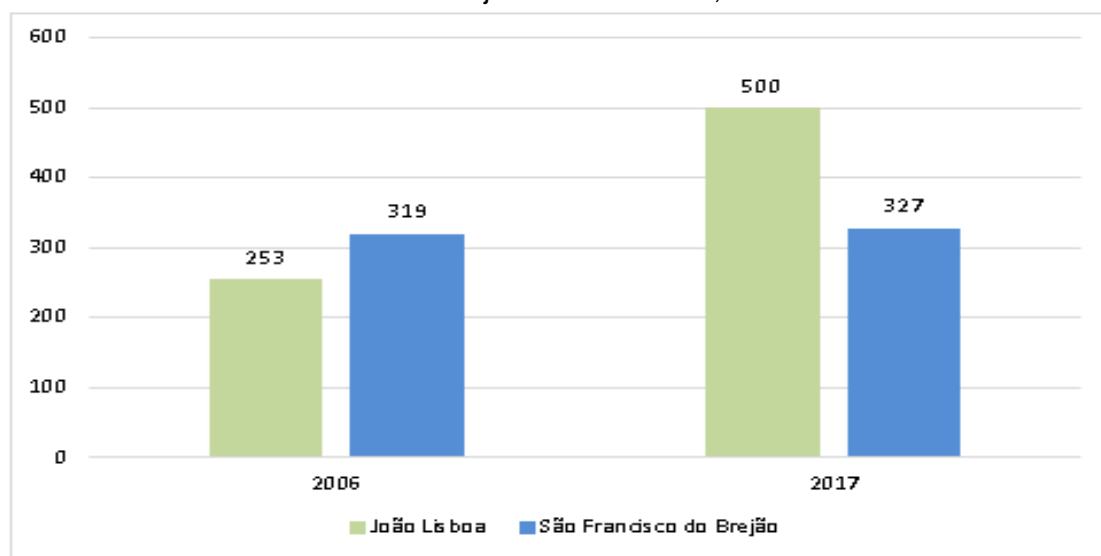
Segundo Mattei (2014), a agricultura familiar, por muito tempo chamada de agricultura de subsistência, faz parte da rotina das atividades produtivas do país. No entanto, ao longo

da história do Brasil, esse tipo de agricultura nunca recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente.

Bezerra e Schlindwein (2017) enfatizam os problemas enfrentados pelos agricultores familiares: pouca terra, poucos recursos financeiros, falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos, e dificuldades de acesso ao mercado, entre outros. Essas questões limitadoras dificultam que os agricultores consigam atingir maior competitividade e assim gerar desenvolvimento. Dessa forma, o pequeno produtor enfrenta dificuldades não só para produzir, como também para escoar sua produção e ter uma vida de qualidade no meio rural.

Conforme o censo agropecuário do IBGE (2017) existe atualmente cerca de 1.072 pessoas ocupadas na agricultura familiar no município de São Francisco do Brejão, enquanto há 1.595 pessoas em João Lisboa. Quando observada a evolução do número de estabelecimentos destinados à agricultura familiar (Figura 7) o censo aponta para acréscimo de 247 estabelecimentos entre 2006 e 2017 em João Lisboa e oito estabelecimentos em São Francisco do Brejão, no mesmo período.

Figura 7 – Número de estabelecimentos de agricultura familiar nos municípios de São Francisco do Brejão e João Lisboa, Maranhão



Fonte: IBGE (2017). Org.: autores (2021).

Entretanto, quando observados dados sobre a área ocupada entre estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar nestes dois municípios (Quadro 2), nota-se que, embora a agricultura familiar corresponda à maioria quantitativa de estabelecimentos em João Lisboa e São Francisco do Brejão (74% e 64% respectivamente), os estabelecimentos não familiares possuem a maior porção de terra (72% e 75% respectivamente) apontando a forte concentração de terra.

Quadro 2 – Número e área dos estabelecimentos nos municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão, segundo a tipologia (2017)

João Lisboa					
Tipologia	Unidades	%	Hectares	%	Área Média
Familiar	500	74%	23440	28%	46,88
Não Familiar	179	26%	60673	72%	338,96
Total	679	100%	84113	100%	123,88
São Francisco do Brejão					
Tipologia	Unidades	%	Hectares	%	Área Média
Familiar	327	64%	16836	25%	51,49
Não Familiar	181	36%	51803	75%	286,20
Total	508	100%	68639	100%	135,12

Fonte: IBGE (2017). Org.: autores (2021).

Um dos objetivos da produção agrícola familiar é produzir e fornecer produtos para o mercado interno, auxiliando, dessa forma, na erradicação da fome. Contudo a produção das principais culturas (arroz, feijão, mandioca e milho) dos municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão (Figura 8) vem caindo drasticamente nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, coincidindo com o Projeto Celmar e a expansão do eucalipto na região. Há diversos fatores para essa redução, tais como: pouco incentivo por parte do Estado; êxodo rural; diminuição da capacidade produtiva das famílias; diminuição da propriedade da terra; grilagem; etc. Paralelamente à redução das culturas tradicionais está o aumento das áreas destinadas ao eucalipto (Figura 9), sendo possível, assim, relacionar esses dois fenômenos.

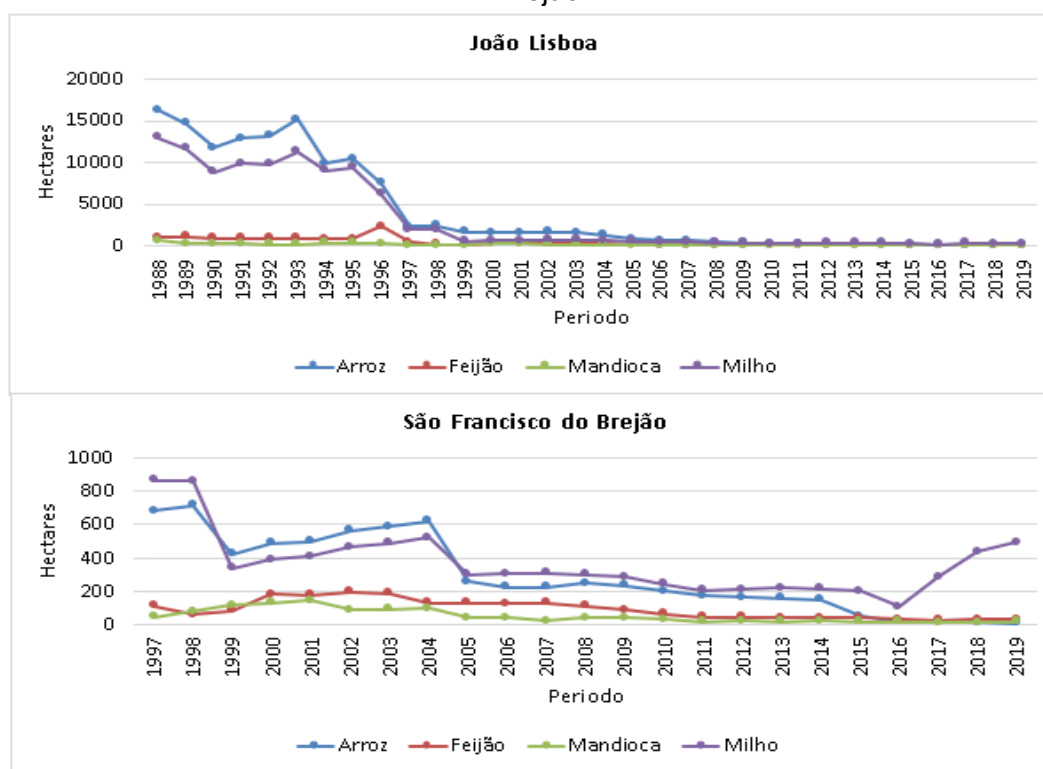
Dessa forma, a área total destinada às quatro culturas (arroz, feijão, mandioca e milho), em João Lisboa, no ano de 1988, era de aproximadamente 31 mil hectares reduzidos a 321 hectares em 2019, uma diminuição de 98,96% na área de produção dessas culturas. De modo semelhante, São Francisco do Brejão apresentava, em 1997, uma área total de 1.698 hectares destinados a essas culturas tradicionais, contudo essa extensão caiu para 543 hectares em 2019, assim tendo uma redução de 68,02% nesse período.

Em contrapartida, quando se observa a evolução das áreas de silvicultura de eucalipto em João Lisboa e São Francisco do Brejão (Figura 9), percebe-se uma realidade oposta ao declínio das áreas de cultivos tradicionais. De acordo com o gráfico, em 2014, João Lisboa tinha aproximadamente 100 hectares de área plantada de eucalipto, passando para 971 hectares em 2019, um aumento de 871%. Na área plantada de São Francisco do Brejão também houve um crescimento: de 622 hectares, em 2013, para 3.998 em 2019, chegando a um aumento de 542,66% nesse período.

O povoado de Brejinho, localizado no município de João Lisboa, é habitado por famílias que utilizam seu espaço para produzir variados tipos de produtos agrícolas como:

arroz, feijão, mandioca e milho. Essa comunidade fica próxima a fazendas de eucalipto da região, e moradores relatam alguns problemas relacionados a essa proximidade. Alguns moradores do povoado foram entrevistados em pesquisa de campo; um deles, o entrevistado A, relatou que, depois da plantação do eucalipto e do uso de agrotóxicos para manutenção do plantio, a terra está menos fértil e os frutos estão demorando mais para amadurecer. O entrevistado B, por sua vez, enfatizou o impacto negativo do eucalipto na comunidade: “[...] não está trazendo nenhum benefício para nós”. Esse cenário denota descaso e falta de atenção da empresa produtora de eucalipto com as questões sociais referentes ao povoado.

Figura 8 – Produção de arroz, feijão, mandioca e milho em João Lisboa e São Francisco do Brejão

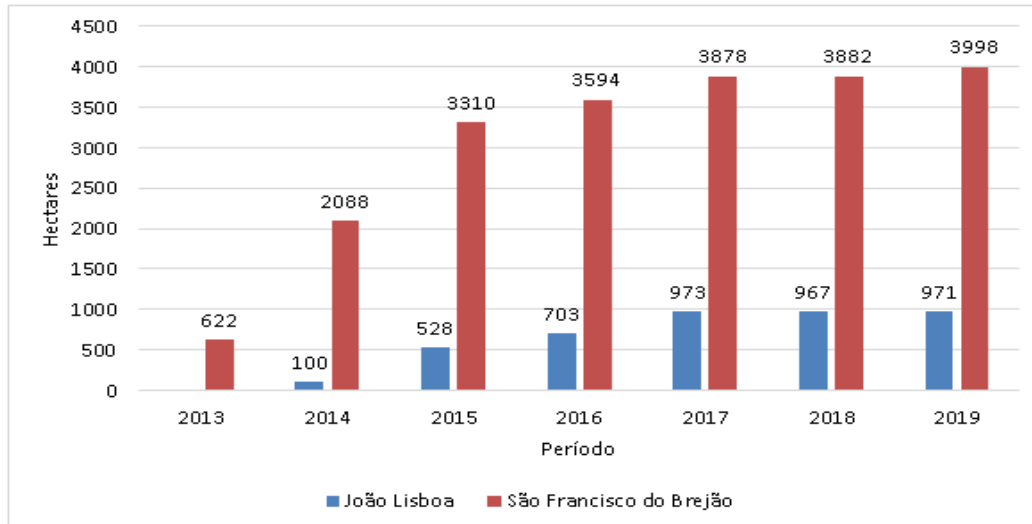


Fonte: IBGE (2019b). Org.: autores (2021).

A Figura 10 revela a realidade do eucalipto e seu movimento em direção ao espaço do pequeno produtor na comunidade da Serra do Cravim, situada no município de São Francisco do Brejão. O entrevistado C, morador do povoado, afirma que “[...] houve uma diminuição tanto na produção como qualidade dos alimentos”. Já em relação aos efeitos da expansão da silvicultura de eucalipto no trabalho rural, a entrevistada D destacou que, antes do eucalipto, as fazendas eram destinadas à pecuária e acrescentou que seu marido já havia trabalhado em uma dessas fazendas, mas saíra após três meses, ressaltando que

com a efetivação da atividade do eucalipto nas fazendas próximas o emprego na região ficou mais escasso.

Figura 9 – Áreas de plantio de eucalipto nos municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão



Fonte: IBGE (2019a). Org.: autores (2021).

Figura 10 – Povoado Serra do Cravim, no município de São Francisco do Brejão (MA)



Fonte: autores (2021).

Além do papel social e econômico da agricultura familiar, responsável pelo abastecimento de alimentos no Brasil, outro aspecto fundamental desse tipo de agricultura é a produção de alimentos saudáveis, utilizando técnicas que não agredem o meio ambiente, a

biodiversidade e a saúde de quem consome esses produtos. Contudo, nas últimas décadas, essa atividade vem decrescendo, enquanto a monocultura de eucalipto só cresce nos municípios estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão da silvicultura de eucalipto vem provocando transformações no campo, perceptíveis pela grande concentração de terras atrelada a essa atividade. Essa concentração é marcada por diversos fatores, como: grilagem; especulação; e privatização de extensas áreas, por meio de compra ou arrendamento; dentre outros fatores. Além disso, o movimento do eucalipto – como uma característica da grande monocultura mecanizada – tende a contribuir, ainda, com outros problemas, tais como: concentração de renda; migração no campo; desemprego de trabalhadores rurais; declínio da agricultura familiar e redução na produção de culturas tradicionais dos municípios estudados, caso do arroz, feijão, mandioca e milho.

Nesse sentido, nas últimas décadas, evidenciou-se o intenso processo de territorialização do capital monopolista no campo por meio da silvicultura de eucalipto instituída pela Suzano Papel e Celulose na região estudada. A empresa encontrou nos municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão – entre outros - elementos ideais para sua implantação e permanência. Entre as consequências dessa territorialização do eucalipto está a alteração na posse e uso da terra, vinculada ao aumento do cultivo de eucalipto pelas empresas de celulose, o que vem causando a expulsão de famílias — como funcionários assalariados de fazendas e pequenos agricultores — do campo para a cidade.

REFERÊNCIAS

- BAIARDI, Amílcar. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, supl. esp., p. 124-135, 2014.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.
- BOLFE, Edson. *et al.* Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Geopolítica Agrícola**, [Brasília], v. 25, n. 4, p. 38-62, out./dez. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília,

DF: Presidência da República, 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.

DUARTE, Felipe Correia. **A expansão da monocultura de eucalipto no noroeste fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FUNDAJ - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil**. Termo de Referência. Recife: Fundaj/Economia, set. 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 1 abr. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção extrativista e da silvicultura no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Levantamento sistemático da produção agrícola 2008/2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 set. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 13 nov. 2021.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Cadastro Nacional de Imóveis Rurais**. Brasília: 2019. Disponível em: <https://cnir.serpro.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freiras. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 50-68, fev./jul. 2019.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MATIAS, Moisés. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão: Celmar na Região Tocantina**. Belém: Seminário Consulta Carajás, 1994.

MIRANDA, Syderlan Bezerra. A monocultura do eucalipto alterando o espaço agrário no oeste maranhense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-14.

OLIVEIRA, Allison Bezerra, PEREIRA, Jesus Marmanillo; NASCIMENTO, Amanda Araújo. Cadeia produtiva de papel e celulose e transformações recentes no sudoeste maranhense. **InterEspaço**, Grajaú, MA, v. 4, n. 12, p. 135-154, jan. 2018.

OLIVEIRA, Allison Bezerra. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019.

OLIVEIRA, Allison Bezerra, PAZ, Diego Armando de Sousa; SILVEIRA, Keilha Correa. Expansão da silvicultura do eucalipto e transformações no uso da terra em municípios do oeste maranhense. **Revista InterEspaço**, Grajaú, MA, v. 6, p. 1-24, 2020.

OLIVEIRA, Allison Bezerra, PAZ, Diego Armando de Sousa; PEREIRA, Amanda Miranda. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia maranhense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 219-231, fev. 2021.

OLIVEIRA, Allison Bezerra, PAZ, Diego Armando de Sousa; ARAÚJO, Maria do Rosário Sá. Transportes e Dinâmicas Econômicas no Desenvolvimento do Maranhão. **Geografia (Londrina)**, v. 30, n. 2, pp. 91 – 109, julho/2021.

PEREIRA, Caroline Nascimento; PORCIONATO, Gabriela Lanza; CASTRO, Cesar Nunes. Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Rio de Janeiro, n.18, p. 47-59, jan./jun. 2018.

PORCIONATO, Gabriela Lanza; CASTRO, Cesar Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Aspectos sociais do Matopiba**: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, Alta Floresta, MT, v.14, n.1, p.86-96, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de territórios**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SICSÚ, Abraham, Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000.

SUZANO Papel e Celulose S/A. **Histórico de fundação**. Suzano, 2020. Disponível em: <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/a-companhia/historico/default.aspx> Acesso em: 24 nov. 2021.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, pelo financiamento da pesquisa através do edital IECT – Agricultura familiar.

Recebido: outubro de 2021.

Aceito: novembro de 2021.